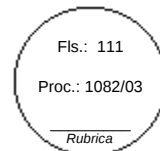




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



Informação nº 11/2005 – 3ª ICE/Divisão de Contas.

Brasília (DF), 28 de julho de 2005.

Processo nº : 1082/03 (1 volume e os seguintes anexos: 4 balancetes trimestrais e 1 inventário de almoxarifado).

Jurisdicionado: Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER - DF.

Apenso: Processo nº 113.001.397/2003 (Prestação de Contas – 1 volume).

Assunto: Prestação de Contas Anual – PCA (2002).

Valores envolvidos: R\$ 83.820.180,43, em 31/12/2002, correspondente ao total da receita (fl. 215*).

Ementa: Prestação de Contas Anual. Dirigentes. Autarquia. Sobrestamento do julgamento. Determinações.

Senhora Diretora,

Tratam os autos da PCA/2002 dos dirigentes do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER - DF), cuja análise ocorreu à luz da legislação pertinente, utilizando-se dos documentos e informações contidos no processo, bem como dos acompanhamentos efetuados por esta Corte e, ainda, mediante inspeção na entidade.

I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

2. O nosso trabalho tem como escopo averiguar a regularidade da gestão, bem como aferir a correção das impropriedades levantadas pela Corregedoria-Geral do DF, no Relatório de Auditoria n.º 086/2003 – CONTROLADORIA (fls. 334/359*).

* Refere-se ao Processo nº 113.001.397/2003.



3. Em inspeção na autarquia, avaliamos algumas rubricas e processos. Por oportuno, registre-se que os exames foram por amostragem, portanto quando afirmamos que não detectamos impropriedades, a referência está adstrita à seleção realizada, tanto na parte de documentação, quanto na de verificação física.

II – DADOS DA ENTIDADE

Nome: Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER - DF.

Exercício: 2002.

Natureza Jurídica: autarquia.

Criação: criada pelo art. 16 da Lei nº 5.545, de 10 de dezembro de 1964, e reorganizada pelo Dec. Nº 3.077, de 03 de dezembro de 1975.

Finalidades:

- I – Exercer, em caráter privativo, todas as atividades que couberem à Administração do Distrito Federal no setor rodoviário;
- II – Manter entendimentos e colaborar com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e com os órgãos rodoviários dos Estados e Municípios comuns, notadamente, no que diz respeito à expansão e melhoria da rede rodoviária nacional;
- III – Executar, mediante delegação, convênio ou acordo, quaisquer obras rodoviárias no Distrito Federal, nos Estados e Municípios limítrofes, desde que os mesmos sejam de fundamental interesse para o Distrito Federal;
- IV – Providenciar para que as atividades rodoviárias e o plano rodoviário do Distrito Federal se mantenham, permanentemente, de acordo com o plano rodoviário nacional;
- V – Dar execução sistemática ao plano rodoviário do Distrito Federal;
- VI – Apoiar tecnicamente, e com equipamentos, as populações e unidades agrícolas de produção ao longo das estradas, de acordo com as normas adotadas.

Vinculação: Supervisionado, à época, pela Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras.



III – RESPONSÁVEIS

4. Nos termos do artigo 44 do regimento do DER - DF, então vigente, o encarregado pela administração da entidade é o diretor-geral. Durante o exercício de 2002, teve a seguinte composição:

NOME	CARGO	PERÍODO
Brasil Américo Louly Campos	Diretor-Geral	01/01 a 31/12/2002

Dados extraídos da fl. 308*.

IV – DA FORMALIZAÇÃO DA PCA

(RITCDF (arts. 146 e 147), LC nº 01/94 (art. 10), RES. nº 102/98 (art. 14) e Decisão nº 1503/1997)

- ☐ Atendeu plenamente às exigências da legislação pertinente.
- ☐ Atendeu parcialmente às exigências da legislação pertinente.
- ☐ Não atendeu às exigências da legislação pertinente.

5. Conforme indicado no PT - I (fls. 77/79), as impropriedades são:

a) não inclusão no relatório do organizador do processo:

a.1) dos nomes, cargos e período de gestão dos dirigentes (art. 146, I, “a”, do RITCDF);

a.2) da razão do pagamento de juros, multas e correções monetárias (art. 146, I, “d”, do RITCDF), se houver;

b) ausência de indicação das razões do não-recebimento dos créditos vencidos (art. 146, V, “c”, do RITCDF);

c) não foram discriminadas as dívidas vencidas, com a indicação das razões do não-pagamento (art. 146, V, “d”, do RITCDF);

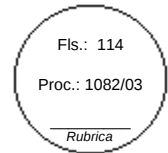
d) a junta de controle não apreciou as contas do DER - DF do ano de 2002, infringindo os termos do art. 146, VIII, do RITCDF;

e) ausência do relatório prescrito no art. 146, IX, do RITCDF;

f) não constaram as declarações exigidas no art. 148, § 3º, do RITCDF;

g) falta das informações aludidas no art. 14 da Resolução nº 102, de 15/07/98.

* Refere-se ao Processo nº 113.001.397/2003.



6. Algumas das impropriedades relatadas no § anterior já foram alvo de análises e deliberações desta Corte. Vejamos quais são:

- alíneas “a1” e “a2” - por meio do Proc. 871/02 (PCA/2001), houve proposição ao Tribunal para que o DER - DF se ajustasse à norma. Contudo, essa prestação de contas pende de manifestação plenária;
- alíneas “b” e “c” - esta Corte determinou ao DER – DF que observasse o prescrito no artigo 146, V, “c” e “d”, do RITCDF (item III, g, da Decisão nº 1042/2003);
- alínea “e” - o controle interno foi dispensado de apresentar o relatório até o exercício de 2003, conforme Decisão nº 2.115/04;
- alínea “g” - nos termos do item III, c, da Decisão nº 3747/04, esta Corte determinou ao DER – DF observar o disposto no artigo 14 da Resolução n.º 102/98 nas próximas PCAs.

7. Contudo, restou a pecha relatada na alínea “d” (a junta de controle não apreciou as contas do DER - DF do ano de 2002, infringindo os termos do art. 146, VIII, do RITCDF). Houve a seguinte justificativa para o não-pronunciamento: “Tendo em vista que a Junta de Controle não tem se reunido, devido a falta de um de seus membros, não há como fazer a apreciação solicitada” (fl. 326*).

8. Em razão de a entidade contar com três membros efetivos e mais três suplentes (art. 3º do Decreto nº 15340/93 - Regimento da Junta de Controle do DER - DF), entendemos que a ausência de um deles deveria ser superada pelos substitutos.

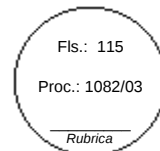
9. Outrossim, não constaram as declarações exigidas no art. 148, § 3º, do RITCDF:

“Deferida a remessa trienal, as prestações de contas anuais, neste aspecto, serão acompanhadas de:

- a) declaração dos responsáveis pela execução das atividades referidas no parágrafo anterior, indicando-se as verificações realizadas no período e as irregularidades eventualmente apuradas; e*
- b) pronunciamento da auditoria da Secretaria da Fazenda e, se for o caso, de auditores independentes, que atestem a eficiência do controle a que se refere o parágrafo anterior”.*

10. A ausência da apreciação das contas de 2002 do DER – DF pela Junta de Controle, conforme §§ 7 e 8 retro, e a falta das disposições previstas no art. 148, § 3º, inciso a, do RITCDF, segundo § anterior, ensejam ressalvas nas contas referentes ao exercício de 2003, ano em que foram elaboradas. Assim, o Tribunal pode autorizar a avaliação dessas impropriedades para fins de julgamento da PCA/2003. Outrossim, cabe determinação à autarquia e à Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF para que cumpram os preceitos dispostos no art. 148, § 3º, do RITCDF. Quanto à ausência de manifestação da Junta de Controle, deixaremos de apresentar sugestões para correção em função da não-ocorrência em PCAs de anos anteriores e na de 2003.

* Refere-se ao Processo nº 113.001.397/2003.



V – PRAZOS DE ENTREGA DA PCA

(Ver PT – II, fl. 80)

- À CGDF (Art. 150, § 1º, do RITCDF) – 24/04/03, fl. 330*-verso

☐ tempestivo ☐ intempestivo

- AO TCDF (Art. 150, *caput*, do RITCDF) – 28/11/03, fl. 394*-verso

☐ tempestivo^º ☐ intempestivo

VI – RELATÓRIO DO ORGANIZADOR DO PROCESSO

(RITCDF, art. 147, I, c/c art. 146, I, "a" a "d")

- ☐ Não foi apresentado
- ☐ Atendeu a todos os itens do RITCDF (art. 146, I, "a" a "d")
- ☐ Não atendeu ao estabelecido na legislação

11. As impropriedades foram:

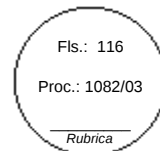
- ausência dos nomes, cargos e período de gestão dos dirigentes (art. 146, I, "a", do RITCDF);
- não houve menção sobre a ocorrência ou não de pagamento de juros, multas e correções monetárias (art. 146, I, "d", do RITCDF).

12. Conforme § 6 retro, por meio do Proc. 871/02 (PCA/2001, Informação nº 10/2004 da 3ª ICE, Divisão de Contas), houve proposição ao Tribunal para que o DER - DF se ajustasse à norma, razão pela qual não sugeriremos nova determinação. Acrescenta-se que essa prestação de contas ainda está pendente de manifestação plenária.

VII – PRONUNCIAMENTO DO CONSELHO RODOVIÁRIO

º - Considerando o contido no Art. 200, § 5º, do RITCDF, e a apresentação do Ofício nº 1.449/CGDF requerendo prorrogação de prazo (fls. 16/18), a remessa dos autos ao TCDF, em 28/11/03, deve ser considerada tempestiva.

* Refere-se ao Processo nº 113.001.397/2003.



(RITCDF art. 146, VII / art. 147, X)

- ☐ Não foi apresentado
- ☐ Regularidade
- ☐ Regularidade com ressalvas
- ☐ Irregularidade

13. O Conselho Rodoviário considerou regulares e aprovadas as contas relativas à PCA 2002 do DER - DF (fls. 327/329*).

VIII – PRONUNCIAMENTO DO CONSELHO FISCAL (JUNTA DE CONTROLE)

(RITCDF art. 146, VIII / art. 147, XI)

- ☐ Não foi apresentado
- ☐ Regularidade
- ☐ Regularidade com ressalvas
- ☐ Irregularidade

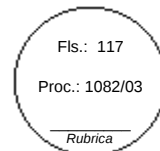
14. Não houve o pronunciamento da Junta de Controle sob o argumento da falta de um de seus membros (fl. 326*). Como relatado no § 10 retro, estamos propondo ao Tribunal a avaliação dessa impropriedade para fins de julgamento das contas do DER – DF do exercício de 2003.

IX – RELATÓRIO E CERTIFICADO DE AUDITORIA DA CGDF

(RITCDF art. 147, XIV c/c art. 146, X e art. 140, IX)

- ☐ Não foi apresentado
- ☐ Regularidade das Contas
- ☐ Regularidade com observações
- ☐ Regularidade com ressalvas
- ☐ Regularidade com observações e ressalvas

* Refere-se ao Processo nº 113.001.397/2003.



X – ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES FEITAS PELA CGDF E DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NA DECISÃO Nº 1042/2003

15. De acordo com a Subsecretaria de Auditoria, os demonstrativos referentes à prestação de contas do DER – DF, exercício de 2002, estão de “acordo com a Lei nº 4.320/64, podendo ser apreciados pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal com as ressalvas contidas nos subitens 2.1.1, 2.1.2.1, 2.1.2.1.1, 2.1.2.2.1, 2.1.2.2.2, 2.1.2.2.3, 2.1.2.2.4, 2.1.2.2.5, 2.1.4 e 2.1.5.3 e com as observações contidas nos subitens 2.1.3.2, 2.1.3.3, 2.1.3.4, 2.1.3.5, 2.1.5.1, 2.1.5.2, 2.1.6, 3.1, 4.1, 4.2, 4.3 e 5 deste Relatório, pelo que emitimos o **Certificado de Auditoria de Regularidade com Ressalvas**” (fl. 359*).

16. A análise das impropriedades relatadas pelo controle interno estão dispostas no PT – IV (fls. 81/104). Outrossim, foram examinadas as providências do DER – DF no sentido de se adequar às determinações dispostas no item III da Decisão nº 1042/2003 (PT – V, fls. 105/110). A seguir, dispomos as questões que merecem manifestação desta Corte.

Fatos que motivam determinação

16.1. Item 6 do PT – IV, fls. 87/88 (Multas e Juros) e item 19 do PT – IV, fl. 101 (Multa pela inexecução de contrato pendente de regularização): maior tempestividade nos procedimentos para a cobrança judicial dos créditos da entidade.

16.2. Item 12 do PT – IV, fls. 93/94 (Inventário realizado de forma inadequada): proceda ao levantamento da totalidade dos itens de almoxarifado nas próximas prestações de contas.

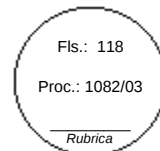
Fatos que motivam ressalva

16.3. Item 2 do PT – IV, fls. 83/84 (Outros créditos a receber): ausência de cobranças efetivas visando à obtenção desses créditos no ano de 2002.

16.4. Item 12 do PT – IV, fls. 93/94 (Inventário realizado de forma inadequada): verificação de apenas parte do material existente no almoxarifado, contrariando a boa técnica contábil que visa à comprovação física de todos os bens da entidade.

16.5. Item 14 do PT – IV, fls. 95/96 (Administração e controle de bens móveis): cargas patrimoniais com os respectivos Termos de Guarda e Responsabilidade desatualizados e emitidos há longa data, contrariando o item 11 da Instrução nº 3 do DER - DF, de 26 de maio de 2000.

* Refere-se ao Processo nº 113.001.397/2003.



16.6. Item 16 do PT – IV, fls. 97/98 (Outras obrigações a pagar): o DER - DF estava reconhecendo dívidas sem prévio empenho, em desconformidade com os arts. 2º, 58, 60 e 105, § 4º, da Lei nº 4.320/64, e utilizando a compensação como procedimento para cancelamento de débito, sem expressa autorização, ao arrepio do art. 170, do Código Tributário, arts. 1009, 1010 e 1017, do Código Civil anterior, e art. 54, da Lei nº 4320/64.

16.7. Item 21 do PT – IV, fls. 103/104 (Suprimento de fundo concedido): intempestividade (2 meses de atraso) na prestação de contas do Processo nº 113.001.288/02, contrariando o dispõem os itens 21, 29 e 31 da Instrução Normativa n.º 01, de 05 de abril de 2000, do DER – DF.

Deliberação a ser reiterada

16.8. Item 9 do PT – V, fl. 109 (alínea “i”): também, não está havendo cumprimento do seguinte: “*abstenha-se de renovar contrato com pessoas físicas ou jurídicas, inadimplentes com referência ao pagamento das taxas pela utilização de faixa de domínio*” (alínea “i”, item III, da Decisão nº 1042/2003). Portanto, somos por que esta Corte reitere essa determinação, sob pena de aplicação de multa, nos termos do inciso VIII, do art. 182 do RITCDF c/c o § 1º, art. 57 da Lei Complementar nº 01/94.

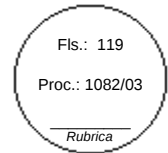
XI – MANIFESTAÇÃO DO TITULAR DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

(RITCDF, art. 146, XII, c/c art. 147, XV)

- ☐ Não foi apresentado
- ☐ Regularidade das Contas
- ☐ Regularidade, porém com observações
- ☐ Regularidade com ressalvas
- ☐ Regularidade com observações e ressalvas
- ☐ Irregularidade

Elencaram-se as providências para resguardo do interesse público para o caso de irregularidades?

- ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Não-aplicável



XIII – CONTAS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

17. Somente a PCA/2000 (Proc. 973/01) encontra-se com o julgamento sobrestado à espera do deslinde dos Processos nºs 2060/2000, 890/2003 e 602/2004. Outrossim, a PCA/2001 (Proc. nº 871/02) ainda não foi apreciada por esta Corte.

XIV – PROCESSOS QUE PODEM INFLUENCIAR NO JULGAMENTO DESTAS CONTAS

18. **Processo nº 602/2004** – Trata de TCE que tem por objetivo a análise de ajuste firmado entre o DER - DF e o Instituto Candango de Solidariedade – ICS, sob o Contrato de Gestão nº 001/2001, de 31/08/2001. Segundo informações do senhor Eliésio da Silva Nunes (gerente da Contabilidade do Autarquia), o acordo retrocitado foi aditado e continua vigendo até 31 de dezembro de 2005.

19. Consignamos, neste ponto, o item “V” da Decisão nº 4.117/2003 (Proc. 890/03) que versa sobre a análise das PCAs e TCAs dos jurisdicionados que tenham contratado com o ICS:

“V) autorizar o sobrestamento do julgamento das contas anuais de todos os órgãos e entidades do Distrito Federal que firmaram ajustes com o Instituto Candango de Solidariedade, até decisão deste Tribunal sobre o mérito dos respectivos processos de tomadas de contas especiais”.

20. Também, tratam de análises correlacionadas aos contratos entre o DER – DF e o ICS os Processos nºs 602/04, 241/2004 e 1901/2004, podendo vir a refletir nestas contas. Portanto, em função do disposto neste § e nos dois anteriores, há a necessidade de sobrestar o julgamento desta PCA.

XV – CONCLUSÃO e SUGESTÕES

21. Das análises procedidas, excluindo as questões que carecem de materialidade e relevância, bem como as que foram devidamente esclarecidas pela jurisdicionada e aquelas que estão sendo tratadas em outros processos (por exemplo, no de nº 871/02 – PCA/2001), propomos as determinações prescritas nos §§ 10, 16.1 e 16.2 desta instrução.

22. Outrossim, há impropriedades que ensejam o julgamento com ressalvas da presente PCA, conforme relatado nos §§ 16.3, 16.4, 16.5, 16.6 e 16.7 retro. Contudo, não será feita sugestão nesse sentido pois, em decorrência das análises procedidas nos Processos nºs 602/04, 241/04, 1901/04 e em observância ao item “V” da Decisão nº 4.117/2003 (Proc. nº 890/03), o julgamento destas contas deve ser sobrestado até a conclusão das análises referentes a esses autos.



23. Ademais, no § 10 desta instrução, registramos que a ausência de peças requeridas pela norma regimental também enseja aposição de ressalva às contas. Entretanto, considerando que a elaboração da PCA ocorreu no exercício seguinte, as impropriedades indicadas somente devem influenciar o exercício de 2003. Assim, poderia o Tribunal autorizar essa avaliação.

24. Outrossim, na análise da PCA/2004, deve ser observado o cumprimento da alínea “g”, item III, da Decisão nº 1.042/2003 e do item “III-c” da Decisão nº 3.747/04, conforme itens 7 e 8 do PT – V (fl. 108).

25. No § 16.8, relatou-se que o DER – DF não se enquadrou aos termos da alínea “i”, item III, da Decisão nº 1042/2003 desta Corte. Ante essa constatação, somos por que o Tribunal reitere a determinação retro, alertando a jurisdicionada sobre a possibilidade de aplicação de multa por descumprimento de deliberação desta Corte, nos termos do inciso VIII, do art. 182 do RITCDF c/c o § 1º, art. 57 da Lei Complementar nº 01/94.

26. Diante do exposto, propomos o encaminhamento dos autos ao egrégio Tribunal, sugerindo que:

I. tome conhecimento:

- a) da prestação de contas anual do DER - DF - exercício de 2002 (Processo nº 113.001.397/2003);
- b) dos balancetes trimestrais – exercício de 2002;
- c) do inventário do almoxarifado;

II. em cumprimento ao art. 148, § 3º, do RITCDF, determine:

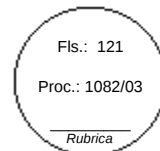
- a) ao DER - DF que as prestações de contas anuais devam ser acompanhadas de declaração dos responsáveis pelo controle patrimonial, indicando as verificações realizadas no período e as irregularidades eventualmente apuradas;
- b) à CGDF que, nos casos de entidades que apresentem inventário físico trienal, ateste a eficiência do controle dos bens patrimoniais desse jurisdicionado;

III. determine ao DER - DF que:

- a) aja com maior tempestividade para a cobrança judicial dos créditos vencidos da entidade, tendo em vista a delonga na implementação de medidas visando à recuperação dos valores devidos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE CONTAS



b) proceda ao levantamento da totalidade dos bens de almoxarifado nas próximas prestações de contas, em vez da análise por amostragem como vem sendo feito;

IV. reitere ao DER – DF o disposto na alínea “i”, item III, da Decisão nº 1042/2003: *“abstenha-se de renovar contrato com pessoas físicas ou jurídicas, inadimplentes com referência ao pagamento das taxas pela utilização de faixa de domínio”*, alertando a jurisdicionada quanto à possibilidade de aplicação de multa por descumprimento de deliberação desta Corte, nos termos do inciso VIII, do art. 182 do RITCDF c/c o § 1º, art. 57, da Lei Complementar nº 01/94, visto que, em inspeção, foi verificado que os procedimentos da autarquia não restringem a renovação de contratos com entidades em atraso no pagamento de faixas de domínio;

V. sobresteja o julgamento das presentes Contas até que se tenha o desfecho dos Processos nºs 602/04, 241/04 e 1901/04;

VI. autorize:

a) a avaliação, para fins de julgamento da PCA/2003, das falhas registradas no § 10 desta instrução (fl. 114): ausência de apreciação dessas contas pela Junta de Controle, infringindo os termos do art. 146, VIII, do RITCDF, e a falta das disposições previstas no art. 148, § 3º, inciso a, do RITCDF;

b) a observação do cumprimento da alínea “g”, item III, da Decisão nº 1.042/2003, e do item “III-c”, da Decisão nº 3.747/04, quando da análise da PCA/2004;

c) a devolução ao DER - DF dos balancetes de 2002 e da cópia do inventário de almoxarifado, por serem desnecessários à continuidade das análises;

d) o retorno destes autos à 3ª Inspeção para as providências pertinentes.

À superior consideração.

Em ____/____/____

Cláudio Gomes de Moraes

Analista de Finanças e Controle Externo
matrícula 629-7